

# Mineração sustentável?



**Meio ambiente** Em fase de licenciamento ambiental, projeto de mineração da Votorantim Metais próximo ao Rio Camaquã vem gerando controvérsias. A empresa, que pretende extrair cobre, chumbo e zinco,

defende que o projeto é sustentável, pois os rejeitos serão armazenados a seco, sem o uso de barragens. Pesquisadores, como Marlene Melo da FURG, alertam, no entanto, que o pó gerado pela mineração do chumbo

se espalha pelo ar, podendo contaminar a terra, a água e as plantas. Os moradores e as autoridades da região, por sua vez, receiam que a atividade possa afetar sua saúde e a economia local. **P8 e 9**

## Medicina

### Jubileu de 70 anos

Formados em 1947, egressos da Faculdade de Medicina da UFRGS seguem unidos e dispostos a celebrar a data com a inauguração de uma placa comemorativa. Suas extensas trajetórias de vida iluminam as mudanças na prática da profissão e nos hábitos sociais presenciadas ao longo das últimas sete décadas marcadas pelas repercussões deixadas pela Segunda Guerra. **P14**

## A difícil continuidade de investimentos no esporte de competição



**P10**

## ARTIGO

### Inovação no setor público deve estar ligada ao conceito de valor público

**P4**

## Honoris Causa

### Em defesa da cultura africana

Dois novos nomes entraram para a lista de homenageados da UFRGS, o sambista Nei Lopes e o autor nigeriano Wole Soyinka. O compromisso com a cultura e o senso de justiça são algumas das temáticas que aproximam os pensadores. Mas é o continente africano que reúne particularmente a produção escrita de ambos. **P6 e 7**

## Indígenas

*Estudantes universitários lutam por visibilidade e direitos* **P11**

## Cotas

*Entraves no percurso acadêmico de cotistas é tema de estudo* **P5**



## Espaço da Reitoria

Laura Wunsch  
Vice-Secretária de Educação a Distância  
SEAD/UFRGS

# EaD como oportunidade de formação

A educação a distância (EaD) tem o diferencial de proporcionar processos de aprendizagem nos quais alunos e professores não necessitam estar presentes ao mesmo tempo e no mesmo espaço para interagir. Na UFRGS, a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) fomenta, assessora e coordena ações de EaD para apoiar o desenvolvimento da educação superior com excelência e compromisso social, por meio da inserção de tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem, promovendo atividades com diferentes níveis de presencialidade. Busca-se a inserção de recursos, processos e metodologias nessa modalidade dentro de uma perspectiva de inclusão social e educacional, inovando e integrando espaços pedagógicos e tecnológicos para qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Uma das ações da SEAD é promover a ampliação da oferta de cursos de graduação a distância, contribuindo para a expansão de vagas no ensino superior público, para localidades fora dos grandes centros urbanos. Atualmente estão abertas as inscrições para a seleção e ingresso em dois novos cursos

de graduação a distância: *Licenciatura em Ciências da Natureza para anos finais do Ensino Fundamental* e a segunda turma do *Bacharelado em Desenvolvimento Rural* (Plageder). Tais cursos serão ofertados em doze polos de apoio presenciais localizados no interior do Estado, totalizando 650 vagas.

O curso de *Licenciatura em Ciências da Natureza* propõe uma formação docente alicerçada na interdisciplinaridade. Assim, as disciplinas do curso serão articuladas, contemplando os conhecimentos específicos das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências da Terra (Geologia e Geografia Física), da Matemática, das Ciências Humanas (Geografia Humana) e da Educação. Já o curso Plageder, tem como compromisso proporcionar uma formação em nível superior visando a capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e à gestão rural com enfoque para as questões regionais de cada Polo, permitindo uma atuação na formulação e no assessoramento de políticas públicas e da questão ambiental.

Com essa perspectiva, de expandir a oferta de ensino superior no País e democratizar e interiorizar o acesso a esse nível de ensino, utilizando a modalidade a distância, a SEAD estabeleceu recentemente uma importante parceria com o Campus Litoral Norte, criando lá um Polo de Apoio Presencial para EaD. Já estão em tramitação interna e aprovados para financiamento pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES) os projetos de quatro novas licenciaturas a distância, previstas para iniciar em 2018.

A SEAD realiza também outras ações, como a Rede Multivídeos, que busca integrar e qualificar espaços multimídia promovendo o pleno uso destas estruturas, ampliando o acesso às salas de videoconferência e aos estúdios de gravação da Universidade. Trabalhamos para o aperfeiçoamento da EaD na Universidade, por meio de atividades como: monitoria a distância; suporte às plataformas institucionais de EaD; realização de eventos; editais de fomento; produção de recursos educacionais; cursos massivos e online (MOOC); e formação continuada para a EaD.

MINISTÉRIO DA CULTURA apresenta

## Cultura acessível para todos

## Campanha de Captação Faça sua doação!

Projeto de acessibilidade do prédio da Rádio da Universidade.



Apoio



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

SUINFRA

SPH

PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Realização

UFRGS RADIO 1080 AM

MINISTÉRIO DA CULTURA



[www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/](http://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/)

## Carta aos leitores

Fazer jornalismo numa instituição da complexidade e com a dinâmica da UFRGS é um constante desafio reflexivo: cada circunstância nos exige um novo pensar sobre essa prática cotidiana de circulação de ideias. A partir de conhecimentos produzidos por pesquisas científicas, podemos ponderar a respeito de questões fundamentais para a sociedade, como é o caso da mineração, que, sendo essencial para a disponibilização de um grande número de matérias-primas, causa impactos ambientais muitas vezes irreversíveis. Nesta edição, trazemos uma reportagem especial sobre as disputas em torno de novo projeto de mineração na região de Minas do Camaquã.

A representatividade na academia, de forma mais ampla, surgiu como um tema de interesse da comunidade universitária. Para discuti-lo, apresentamos um artigo que reflete sobre o conjunto de necessidades e demandas dos estudantes que chegam à Universidade por meio do sistema de cotas, além de entrevistas exclusivas com dois doutores honoris causa cujos títulos foram outorgados pela UFRGS no segundo semestre de 2017

e que enfatizam o quanto a negritude precisa de espaço para além do corpo estudantil. O sambista e pesquisador Nei Lopes é o representante do pensamento acerca desses temas no contexto nacional – o Brasil ainda tem, como ele esmiúça, um longo caminho a trilhar nessas questões. Já o escritor nigeriano Wole Soyinka, ganhador do Nobel de Literatura em 1986, nos faz olhar para um cenário mundial ainda muito eurocêntrico – o qual ele foi dos poucos a romper. Além disso, depoimentos de indígenas que estudam em diversas instituições de ensino superior brasileiras proporcionam a dimensão do quanto, para essas minorias, estar na universidade ainda é um desafio e uma questão a se discutir.

Em tempo: num momento em que buscamos formas de dar ao JU uma presença digital, produzimos materiais exclusivos para essas plataformas e que também traduzem valores de diversidade. Estão lá, no Instagram – em @jornaldaufrgs –, um editorial de moda de inspiração negra com modelos negros e outro com figurinos de teatro produzidos por estudantes do Departamento de Arte Dramática, para discutir temas

de diversidade de gênero. Também há um ensaio com imagens feitas durante o encontro de indígenas na UFRGS, referido anteriormente.

Dentre os conhecimentos que circulam pelo contexto acadêmico, escolhemos um conjunto que, a nosso ver, precisa ser trazido a público. Assim, esperamos contribuir para reforçar a necessidade de se reivindicar investimentos – ao invés de cortes e restrições – em educação superior gratuita, de qualidade, inclusiva e com resultados para a sociedade. Entre esses assuntos, projetos que avaliam e registram o desempenho de esportistas a fim de alavancar o desenvolvimento da área; a relação entre tecnologias de comunicação e informação e a sala de aula – tema este abordado a partir de um lançamento editorial; a formação de agentes para o campo artístico – a partir da presença de estudantes de Artes Visuais na Bienal de Curitiba; e os processos de inovação no serviço público – este um tema que anualmente volta à tona quando se instauram os processos de avaliação de desempenho dos servidores da Universidade.

Boa leitura e bom início de ano!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br)

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora

Jane Fraga Tutikian

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social

André Iribure Rodrigues

Vice-secretária de Comunicação Social

Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

E-mail: [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse,

Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas,

Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de

Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor Interino Felipe Ewald

Editora Assistente Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ânia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira

e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e

Kleiton Semensatto da Costa (CADERNO JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Repórter fotográfico Flávio Dutra

Revisão Felipe Raskin Cardon

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Paula Barcellos e

Vanessa Petuco

Estagiários Flávio Bonfiglio, Giuliana Heberle e Natássia

Ferreira

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 8 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores

em artigos assinados.

[jornaldaufrgs](http://jornaldaufrgs)



# Ponto UFRGS: lugar de encontro

Quem passa no térreo do Anexo I da Reitoria, no Câmpus Centro, se depara com um novo espaço, recentemente aberto ao público. É o Ponto UFRGS: inaugurado no final do ano passado, local onde são comercializados produtos com a logomarca da Universidade. Em um ambiente especialmente projetado para abrigar a ideia, são oferecidos à venda artigos como canetas, mochilas e peças de cerâmica. Estas, inclusive, despertaram interesse imediato. Segundo os atendentes, o estoque precisou

ser renovado já no final da primeira semana, pois a procura pelas canecas, pelos vasos e jarros excedeu qualquer expectativa e já não tinha mais nada naquela sexta-feira.

“Desde a criação do projeto, tivemos o envolvimento dos alunos para pensar a identidade visual, para pensar o espaço”, comenta o coordenador acadêmico da proposta, Eduardo Cardoso, professor do departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura. De acordo com a pró-reitora

de Extensão, Sandra de Deus, coube à PROEXT desenvolver o aspecto formativo do projeto. Nesse sentido, ela faz questão de destacar a real importância desse novo local: “Não é um espaço de venda, mas um ponto de encontro para a divulgação da marca da Universidade”.

Conforme Eduardo, o Ponto UFRGS está organizado em três linhas. A Feito UFRGS mostra o que é de fato produzido na Universidade como resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFRGS Convida é

dedicada à valorização das atividades culturais da Universidade, a partir do convite a artistas da comunidade acadêmica para participar da criação de produtos que reflitam suas obras em exposição na UFRGS. A linha de produtos Mostra UFRGS é inspirada na memória e no sentimento de pertencimento a uma instituição de excelência e tradição, com base em seu patrimônio material e imaterial. O Ponto UFRGS está aberto de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, sem fechar ao meio-dia.



ROCHELE ZANONALI/USCOM

## MATERIAL DIDÁTICO

# Protagonismo indígena

A ação nacional *Saberes indígenas na escola*, que tem na Faculdade de Educação da UFRGS a coordenação local do projeto, lançou no início do ano a segunda coletânea de materiais didáticos elaborada por professores indígenas. Esses materiais, que trazem marcas dos processos de aprendizagem de cada uma das etnias, Kaingang e Guarani, apresentam imagens, mapas, músicas e histórias. Tais narrativas são coletadas durante atividades desenvolvidas nas aldeias, quando ganha destaque o relato dos mais velhos das tribos, durante encontros de formação. Segundo suas coordenadoras, professoras Magali Mendes de Menezes e Maria Aparecida Bergamaschi, o projeto atua para consolidar processos próprios de aprendizagem dos indígenas em suas línguas maternas e chega a 48 escolas kaingang e a todas as 27 escolas guarani do estado.

Com início em 2014, a ação *Saberes indígenas na escola* envolve uma rede de universidades públicas, coordenadas pela Federal de Minas Gerais. Para

realizar o objetivo do protagonismo indígena, o projeto, que é financiado pelo Ministério da Educação, coloca os mestres das referidas culturas a formarem os outros professores. A iniciativa conta com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) e do Centro de Formação Continuada de Professores (Forprof/UFRGS) e é realizada com a Secretaria de Educação do RS. Atualmente, participam 386 professores, que se tornam multiplicadores dos conhecimentos repassados pelos indígenas mais velhos.

Além da importância do material produzido pelas turmas de educadores indígenas, Magali destaca a qualificação do processo de aprendizagem e a valorização da língua de cada povo. Nesse sentido, ela comenta que, enquanto na primeira edição do projeto o idioma utilizado nas formações era o português, na segunda ação o protagonismo foi dado aos idiomas guarani e kaingang. Outra contribuição do *Saberes indígenas na escola*,

segundo a coordenadora, é constituir-se num espaço de organização para as comunidades que lutam, entre outros temas, pelo direito ao território. Porém, mesmo reconhecendo tal relevância para a formação e preservação da cultura indígena no país, Magali não está otimista quanto à continuidade da ação, pelo menos não no atual governo. Em novembro de 2017, quando participou da reunião dos coordenadores da ação nos diferentes estados, a

coordenadora-geral não confirmou a manutenção do projeto: “Saímos na incerteza”, resume.

Diferente do material didático resultante da primeira edição do *Saberes indígenas na escola*, quando foram publicados dois livros para uso em sala de aula, a segunda produção do projeto constitui-se em dois CDs de narrativas, assim como cartilhas e cartografias em lâminas. No total, serão 75 escolas contempladas com exemplares desse material.



GEOGRÁFICA DE MACEDO GARCIA/ARQUIVO PESSOAL

## CONHECENDO A UFRGS

### A estação em Eldorado do Sul

Há 56 anos pertencendo à Universidade, a Estação Experimental Agronômica é o órgão auxiliar da Faculdade de Agronomia. Localizada em Eldorado do Sul, é um espaço de descobertas e aprendizados, onde são desenvolvidos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Renato Levien, diretor substituto da Estação Agronômica, destaca: “Atendemos muitas universidades para aulas práticas. Os alunos sentem-se agradecidos quando passam um dia aqui tendo aulas sobre campo nativo, mecanização, secagem de grãos. É um espaço de interação e de aplicação de conhecimentos”.

Os estudantes que frequentam a Estação, de cursos como Agronomia, Zootecnia e Veterinária, falam da importância do espaço para sua formação acadêmica. O graduando em Agronomia Henrique Dalagnol reforça o valor do local: “O contato que tenho aqui, é um diferencial para mim. Têm cadeiras que a gente passa o dia todo aqui, tendo aulas práticas e teóricas. Participamos de um experimento em campo nativo e conseguimos ver a evolução da pastagem conforme o tempo e as dinâmicas da natureza. É algo que não podemos ter em sala de aula”.

A estação também cumpre um papel relevante para a comunidade, oferecendo cursos e atividades de extensão, assim como dando suporte a produtores rurais e ao público em geral. Outro destaque é para sua função como área de conservação e preservação de espécies. Animais da fauna da região, que são apreendidos e reabilitados pela Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), são reintroduzidos na natureza por meio da vasta área da Estação.

Emerson Santos,  
estudante do 2.º de semestre de  
Jornalismo da UFRGS

### Assista ao programa

O Conhecendo a UFRGS sobre a Estação Experimental em Eldorado do Sul, vai ao ar no dia 20 de fevereiro, às 23h, com reprise nos dias 22, às 18h e dia 24, às 13h, através da UNITV - Canal 15 da NET PoA. A programação também pode ser acompanhada ao vivo pela internet através do link [www.unitv.tv.br](http://www.unitv.tv.br).



FLAVIO DUTRA/JU

# Uma cultura de inovação no setor público

Desde 1996, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre teve 24 iniciativas de práticas inovadoras inscritas no Concurso Inovação da Escola Nacional de Administração Pública

Diogo Joel Demarco\*

Em novembro de 2017, foi lançado o livro *Inovação no Setor Público - Teoria, tendência e casos no Brasil*, uma iniciativa conjunta do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e do Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal (NuPEGEM) da Escola de Administração/UFRGS, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em versão eletrônica no portal das instituições organizadoras, a obra inclui abordagens e estratégias metodológicas variadas que contribuem para sistematizar o conhecimento acerca da teoria, das tendências atuais e de casos de inovação de sucesso.

Para além dos objetivos auspiciosos da publicação, é importante nos perguntarmos o que entendemos por inovação. Em especial, por inovação no setor público. Segundo os dicionários, inovação é a ação ou o ato de inovar, ou seja, de modificar antigos costumes, manias, legislações, processos, etc.; efeito de renovação ou criação de uma novidade. Ou seja, considera-se que inovação é a exploração com sucesso de novas ideias. É um conceito bastante utilizado no contexto empresarial, ambiental ou mesmo econômico. Nesse sentido, o ato de inovar significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes dos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar, sejam ideias, processos, ferramentas ou serviços. Percebe-se que o conceito de inovação é bastante variado, dependendo, principalmente, da sua aplicação.

A ideia de inovação, no entanto, não deve ficar atrelada apenas à invenção de novos produtos, serviços ou tecnologias, mas também ao valor ou ao conceito de determinada coisa, como o modo de organizar uma empresa, por exemplo. No setor

público, a inovação deve estar diretamente conectada ao modo de agregar valor público aos serviços prestados pelo Estado nos seus diferentes níveis.

O debate da inovação no setor público deve estar relacionado ao conceito de valor público, conforme preconizado por Mark Moore, que enfatiza seu papel na prestação de serviços, com a obtenção de resultados sociais e a manutenção da confiança e legitimidade da ação estatal. Já Barry Bozeman amplia seu foco para a esfera social e política da administração pública, definindo valor público como o conjunto de acordos normativos sobre direitos dos cidadãos, as obrigações destes para com a sociedade, o Estado, e uns com os outros, bem como os princípios em que as políticas devem basear-se.

Um aspecto importante que a obra destaca e analisa com respeito ao setor público é o longo percurso histórico que gradualmente reconfigurou o papel das organizações, dos agentes e das políticas frente à inovação. Para os autores, da margem para o centro, caminhou-se no sentido de reinterpretar e recomendar um reposicionamento mais ativo do Estado na esfera da inovação. Isso transcorreu, em um primeiro momento, sem que se perdesse de vista o protagonismo da inovação privada, inicialmente industrial/manufatureira e, mais modernamente, também em serviços.

A ascensão da teoria dos sistemas de inovação, a partir dos anos 1970, mostrou-se fundamental para um entendimento mais amplo e sofisticado sobre o processo inovador e seus componentes indutivos e interativos, agregando maior suporte analítico sobre o papel do setor público na inovação. Entretanto, seja para essa visão sistêmica, que incorpora uma noção de horizontalidade e não determinismo ao entendimento do processo inovador, seja para abordagens mais tradicionalistas, cuja visão tende a um enquadramento

mais linear e hierarquizado – e, portanto, determinístico –, o Estado é, hoje, peça central no fluxo da inovação.

Em que pese ser recente a criação da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov), há um relevante conjunto de iniciativas de disseminação de práticas e da cultura da inovação na administração pública federal. Essa rede surge no final de 2015, resultante da reestruturação organizacional, pela edição do Decreto n.º 8.578, que

**“No setor público, a inovação deve estar diretamente conectada ao modo de agregar valor público aos serviços prestados pelo Estado nos seus diferentes níveis.”**

Diogo Joel Demarco

criou o Departamento de Modernização da Gestão Pública (Inova), unidade que coordena as ações referentes ao tema “inovação para a gestão pública” no âmbito do Ministério do Planejamento. Dentre tais iniciativas, destaca-se o Concurso Inovação da Enap, que completa duas décadas, já tendo inscrito e analisado 1.934 práticas inovadoras na administração pública federal entre 1996 a 2015. Destas, 362 foram premiadas no concurso, em oito diferentes áreas temáticas.

Aqui na UFRGS este tema não é novo, já existindo diversas iniciativas em andamento. Ao observarmos, por exemplo, a participação da Universidade no Concurso

Inovação da Enap, identificamos 28 práticas inscritas entre os anos de 1996 e 2009, em sete áreas temáticas do concurso, sendo oito iniciativas em melhoria dos processos de trabalho; seis em planejamento, orçamento, gestão e desempenho institucional; quatro em gestão da informação; três em atendimento ao cidadão; três em gestão e desenvolvimento de pessoas; três em outras iniciativas; e uma em arranjos institucionais para coordenação e/ou implementação de políticas públicas. Do total, 24 foram desenvolvidas pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Na atualidade, o tempo é de um setor público que age para e em virtude da inovação. Nesse contexto, o Estado transcende os papéis de mero estabilizador e financiador da inovação privada, situações em que dele se espera tão somente a produção de institucionalidades e a alocação de recursos que viabilizem o progresso industrial e científico. Nessa perspectiva, a universidade pública assume papel relevante como espaço de reflexão e terreno propício para a experimentação de práticas inovadoras de gestão e de políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando que as inovações são capazes de gerar vantagens competitivas a médio e longo prazo, inovar torna-se essencial para a sustentabilidade das organizações – públicas e privadas – e dos países no futuro. Precisamos aprofundar os mecanismos de reflexão em torno da inovação no setor público, mais do que implementando iniciativas isoladas, avançando no sentido de criar uma cultura de inovação, que dê visibilidade, reflita sobre e impulsione a inovação como uma prática permanente e transversal, visando à melhoria dos serviços públicos prestados à população.

\* Professor da Escola de Administração da UFRGS coordenador do NUPEGEM/UFRGS

# Percursos dos cotistas

Gregório Durlo Grisa\*

Antes das cotas, premissas negativas vicejavam nos discursos dos contrários à política: a qualidade da universidade iria cair, os cotistas iriam abandonar mais seus cursos, entre outras argumentações. Dados da UFRGS mostram que os cotistas evadem o mesmo e até menos que alunos do acesso universal. As cotas iniciaram em 2008, e a UFRGS vem ocupando o posto de melhor universidade federal ano após ano: a qualidade aumentou. Percebeu-se que os cotistas estão sujeitos a problemas que já eram históricos em seus cursos, apenas não haviam sido estudados antes. A avaliação de desempenho dos alunos virou uma prática após as cotas.

Porém, há um nível de retenção entre os cotistas que preocupa em algumas áreas. Essa retenção está relacionada ao capital econômico e educacional dos alunos que tem diminuído com o passar dos anos (para os cotistas raciais, por exemplo, a tendência de serem mais pobres é clara se comparado aos cotistas raciais antes da Lei de Cotas).

Em pesquisa de Pós-Doutorado apoiada pelo CNPq, no PPG em Sociologia, visei compreender as razões para os diferentes percursos acadêmicos dos alunos cotistas. O questionário da pesquisa foi respondido por um total de 320 ingressantes pelas cotas, oriundos de cursos de todas as áreas. Evadidos, retidos e diplomados responderam o instrumento.

Entre os evadidos, a maioria abandonou a Universidade nos três primeiros semestres do curso. A falta de tempo para estudos e a decepção com o curso foram as

razões mais recorrentes. Parcela significativa indicou que a mudança dos horários das disciplinas poderia ter evitado o abandono. Entre os retidos, 57% assinalaram a falta de tempo para atividades acadêmicas como motivo da retenção, mesma proporção dos que apontaram a mudança de horários de disciplinas como medida que poderia ter evitado esse desfecho. A imensa maioria dos evadidos e dos retidos trabalha. Nesse sentido, muitos indicam que se os valores das bolsas fossem maiores, seu rendimento acadêmico poderia ser melhor.

O grupo dos diplomados assinalou, em sua maioria, o apoio familiar como principal variável para ter concluído o curso. Esse apoio se refere a aspectos tanto materiais quanto subjetivos/psicológicos. Destacam o acompanhamento acadêmico e a assistência estudantil como políticas a serem aperfeiçoadas na UFRGS. Muitos usufruíram de bolsas durante a graduação, atividade que se difere socialmente daquelas assalariadas referidas pelos dois primeiros grupos.

Nas respostas à questão dissertativa, a crítica ao comportamento didático-pedagógico dos docentes é uma tônica. A dificuldade em se fazer entender e em criar ambientes de aprendizagem são problemas relatados. A formação continuada dos professores no que tange aos aspectos didáticos – em especial, do professor-bacharel – é um tema que também ajuda a explicar os fenômenos da evasão e da retenção segundo os estudantes.

As evidências levantadas pela pesquisa indicam que uma política acadêmica com vistas à garantia do sucesso na graduação

entre estudantes cotistas deve levar em conta a flexibilização da oferta curricular. Ela envolveria outras temporalidades em termos de seriação aconselhada e carga horária semestral, quantidade de disciplinas obrigatórias e variedade nos horários da oferta de turmas. Meu trabalho mostra que o fenômeno da retenção entre os cotistas não pode ser relacionado unicamente a reprovações em disciplinas. Esse fenômeno também se deve ao baixo número de matrículas em atividades acadêmicas efetuadas por esse grupo comparado à média geral. Isso significa que, ao fazer menos créditos, alguns alunos demoram mais tempo para se diplomarem e não acompanham a maioria dos colegas com os quais ingressaram. Há espaço para uma política estratégica da Universidade nessa orientação de matrícula aos estudantes.

Outro fator relevante é a política de bolsas, considerando tanto o número de vagas oferecidas quanto a remuneração praticada e as atividades desenvolvidas. Como mostram os dados dos diplomados, endereçar as bolsas aos cotistas com baixa “relação” com a academia seria um motor de democratização das oportunidades, bem como de aquisição do *habitus* universitário por esses estudantes.

Elenco no relatório da pesquisa dez medidas, algumas já mencionadas, para combater a evasão e a retenção na UFRGS. Quatro delas envolvem remanejamento e aportes de recursos financeiros. Caberia um levantamento acerca das reprovações e desistências nos dois primeiros anos de curso e a avaliação de quanto o currículo influencia para que isso ocorra, por curso. Outra medida seria incentivar a criação de

redes de apoio por parte dos alunos de cada curso. Desenvolver uma política que ressignifique as noções de “trote acadêmico” e que incentive a criação institucional de redes de colaboração entre os estudantes. O apoio dos colegas, o acolhimento e o auxílio mútuo são variáveis que contam para a permanência na Universidade. A criação de um programa de tutorias para acompanhar estudantes retidos também seria importante.

A conclusão do curso por parte dos cotistas, em especial os negros de baixa renda, não pode ser concebida como de responsabilidade exclusiva do estudante. Os dados mostram que, se algumas mudanças de gestão e organização acadêmica não forem realizadas, estaremos ampliando o acesso dessa população ao ensino superior sem a garantia de que sua maioria chegará à diplomação.

As estratégias atuais são insuficientes para dirimir tais problemas. Diante de um contexto de crise fiscal do Estado e consequente crise orçamentária das universidades, não parece viável, no curto prazo, que as políticas de assistência estudantil foquem apenas em aspectos econômicos. As rupturas políticas que ensejariam um aumento significativo de investimento na educação não estão no horizonte imediato, porém, a vida e a trajetória acadêmica desses estudantes estão acontecendo no agora, isso faz com que a criatividade e a inovação de gestão sejam as saídas para a elaboração de políticas de acompanhamento e assessoramento estudantil.

\*Doutor em Educação pela UFRGS, professor do IFRS - Bento Gonçalves

No prédio da reitoria, estudantes e integrantes de movimentos sociais se manifestam em favor da política de cotas





FLÁVIO DUTRA/JU

# O pensador sambista

Para o compositor carioca, é preciso organizar uma bancada para defender os interesses dos afro-brasileiros no Congresso



## Nei Lopes *Produção intelectual revela seu compromisso com a cultura e o povo africanos*

Ânia Chala

Com largo trânsito na música, na literatura e na produção intelectual sobre a contribuição da cultura e da filosofia negras na sociedade brasileira, Nei Lopes recebeu em dezembro o título de Doutor Honoris Causa pela UFRGS. Embora reconheça que sua obra musical o tornou conhecido, Nei diz que isso muitas vezes também serviu na tentativa de colocá-lo em seu devido lugar. “Sou sambista, gosto de ser e sei ser sambista quando eu quero, mas sou um pensador”, define-se.

Em parceria com o professor de História Luiz Antônio Simas, ele está por lançar *Impressões sobre as filosofias africanas*. O título é uma provocação, já que as iniciais IFA fazem referência a Ifá, oráculo entre os iorubás da Nigéria. “Em uma tradução livre, essa palavra significa destino”, explica, acrescentando que as vertentes religiosas das Américas que vieram da África Ocidental têm base nessa formulação. “Essa tradição foi reconhecida em 2005 pela Unesco como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”, sublinha. Nesta entrevista ao JU, Nei fala da luta contra a desigualdade étnico-racial, da dominação colonial sobre o pensamento africano e dos perigos do avanço do neopentecostalismo no Brasil.

**Do ponto de vista de um negro que construiu sua trajetória questionando o racismo que ainda persiste no país, como avalia o Brasil na atualidade?**

Há um retrocesso flagrante com a desconstrução de uma política

idealizada para incluir e reparar as desigualdades da sociedade brasileira que já vinha desde FHC. Independente de qualquer outra avaliação, muitas coisas avançaram com os governos petistas. Mas, com relação à desigualdade étnico-racial, pouco foi implantado e ainda há resistência. O Estatuto da Igualdade Racial foi desidratado, por conta de uma estrutura legislativa loteada em benefício de interesses. Há os interesses de negócio, no sentido mais tradicional do termo, e há também interesses religiosos, que são os mais perigosos e que, pelo menos no Rio de Janeiro, estão impactando tudo. Existe uma bancada religiosa organizada que está tomando a estrutura legislativa e judiciária do país. Há um plano de poder expresso no sentido de teocratizar o Brasil, e isso é uma coisa da maior seriedade! Os menos avisados acham que é teoria da conspiração, mas não é! Estão querendo realmente fazer isso! Esses grupos são transnacionais e estão em todo o lugar, inclusive em território norte-americano, onde se achava que não iriam prosperar. O irônico é que a base dessa doutrina nasceu nos Estados Unidos, no século XIX. O neopentecostalismo surgiu com um negro americano que, de repente, começou a falar línguas estranhas. Se estudarmos o neopentecostalismo nos EUA, que começou associando as passagens bíblicas à desventura dos africanos na América e comparando o rio Jordão ao Mississipi, perceberemos que era uma defesa da comunidade negra. Quando chega ao Brasil, toma outro caráter. Aqui, se servi-

ram do exemplo norte-americano para construir uma oligarquia, uma teocracia a serviço de interesses que não são os do povo negro nem do povo de um modo geral. Isso está muito claro no Rio de Janeiro. Há uma truculência nesse propósito. No caso dos ataques a centros de umbanda, falam em intolerância religiosa, mas eu vejo como um ato de terrorismo. Cabe à polícia

**“As pessoas falam em intolerância religiosa, mas eu vejo como um ato de terrorismo”**

Nei Lopes

contê-los. Já tenho 75 anos, mas tenho família, netos e preciso me preocupar com o que vem por aí. Na estrutura legislativa do país, temos hoje as bancadas evangélica, do agronegócio, da bala... Mas, não tem uma bancada voltada especificamente para os interesses dos afro-brasileiros. Os movimentos negros e os grupos da sociedade civil vinculados a essa questão foram cooptados pela estrutura dominante e, de certa forma, diluídos. Seria necessária a reorganização em torno de um projeto comum. Isso parou na década de 1980. O Ministério da Cultura possui uma fundação para cuidar dessas coisas, mas o problema é que não há conti-

nuidade. Por isso, a sociedade civil é que tem de encaminhar ao Estado as suas demandas, cobrando políticas. Devemos tentar criar nossa própria bancada.

**Como se deu esse processo de dominação colonial?**

No século XV, tivemos o caso do Congo. Em sua incursão pelo interior da África, os portugueses entraram no rio Congo e se depararam com uma estrutura urbana similar à da Europa. Pretextaram amizade e colaboração e se tornaram influentes no poder. Necessitando de coisas que sabia existirem na Europa, o rei do Congo escreveu ao rei de Portugal pedindo que lhe enviasse técnicos. Junto com eles, vieram os padres da igreja católica, dando início à catequização. A elite do Congo, por uma atitude diplomática e visando benefícios, se cristianizou, pelo menos na aparência. Por volta de 1500, um dos filhos da nobreza foi mandado à Europa e se sagrou bispo católico. Eu achava essa história bem bonita e só conheci o outro lado quando fui a Angola em 2015 e li *História do reino do Kongo: sob o jugo da Cristandade e da coroa de Portugal*, de António Setas. O livro narra o que aconteceu a esse nobre jovem que se tornou bispo. Ocorre que os padres portugueses que haviam se instalado em seu país não admitiram ser comandados por um bispo negro. Aí a realidade aflorou. Outro aspecto diz respeito à escravidão: o português transformou o tipo de servidão que existia na África e em todos os países da Antiguidade. Você tinha uma pes-

soa como seu escravo, mas ela possuía determinadas possibilidades dentro de seu núcleo familiar. Na Roma Antiga, foram registrados casos de escravos que ascenderam socialmente. Mas os portugueses transformaram a servidão numa escravidão mercantil, colonizando o pensamento.

**Identificas essa colonização do pensamento hoje em nosso país?**

A cruzada neopentecostalista em curso no Brasil é, antes de tudo, uma colonização do pensamento: “A minha religião é a boa, as outras não prestam!”. Na semana passada, me deparei com um livro sobre as cruzadas sob a ótica dos muçulmanos e fiquei boquiaberto ao saber que os cruzados chegaram a praticar o canibalismo. Então, o fato de essas pessoas estarem se arvorando em donos da verdade religiosa é um perigo. Escrevi com Luiz Antônio Simas o livro *Filosofias africanas* para criticar essa ideia de ausência de um pensamento africano. Hollywood nos fez acreditar que Cleópatra era a Elizabeth Taylor, mas a história do Egito faraônico é pontuada pela relação com a Núbia, país de população negra situado onde hoje fica o Sudão. É preciso que se divulgue que a base da filosofia clássica grega tem um pé no Egito, pois vários dos grandes filósofos foram estudar lá. Esse é o trabalho que temos de fazer. Quando os neopentecostais dizem que só eles é que sabem... Eles não sabem nada! Botar uma bíblia na mão de um analfabeto funcional é um perigo! E é isso o que eles estão fazendo.

# Justiça como condição da existência

**Wole Soyinka** Para autor nigeriano, a desigualdade em qualquer nível é a base da injustiça

Ânia Chala

Saudado por seu engajamento político em defesa dos valores da justiça e dos direitos humanos, Wole Soyinka foi homenageado pela comunidade universitária da UFRGS com o título de Doutor Honoris Causa em 18 de novembro. Quase desconhecido dos brasileiros, o primeiro negro africano a conquistar o Nobel de Literatura tem um único texto lançado por aqui, a peça *O leão e a joia*, mas pesquisou a sobrevivência das tradições iorubá no Brasil, escrevendo sobre a influência dos escravos retornados na culinária, na música e na arquitetura de sua terra natal.

Hoje com 83 anos, o escritor de origem iorubá recebeu uma formação ocidental, tendo estudado história da tragédia na Universidade de Leeds, no Reino Unido. Por denunciar a tirania do ditador nigeriano Sani Abacha (1993-1998) sofreu ameaças de morte e teve de partir para o exílio voluntário no exterior. Voltou à Nigéria em 1999, com o retorno do governo civil.

**Igualdade e harmonia** – Inquirido a propósito da frase *a justiça é a condição primeira para a humanidade*, que desponta em qualquer busca a seu respeito na internet, Soyinka ressaltou que não gosta de reducionismos: “Como alguém

que se dedicou a estudar os seres humanos, em especial os seus relacionamentos – desde aqueles entre crianças até as relações que envolvem a família, a comunidade e a sociedade –, percebi que muito cedo as pessoas desenvolvem o senso de justiça. Quando uma criança age de maneira cruel com outra, o tempo todo está consciente do mal causado por seu comportamento, mesmo no nível simbólico”.

Na visão do escritor, é como se o senso de justiça estivesse embutido nos genes dos seres humanos. Para ele, isso se observa também no nível da justiça econômica, o que significa que não se pode alcançá-la nas situações em que populações inteiras são retiradas de suas terras ou privadas de desfrutar da riqueza de sua nação. “O que eu quero dizer é que onde há igualdade temos harmonia. E sua falta em qualquer nível conduz à barbárie e à guerra. Considero a desigualdade como a verdadeira base da injustiça.”

**Complexidade temática** – Para Adriano Migliavacca, doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS que tem se dedicado à tradução de Soyinka, um dos motivos para a pouca visibilidade da obra do nigeriano é a complexidade da linguagem, aliada à diversidade temática. “Ele é um autor de difícil tradução e

leitura. Portanto, creio que haja poucas editoras dispostas a correr o risco de publicá-lo. Apesar da consonância cultural dele com o nosso país, sendo um autor iorubá que trabalha com perspicácia diferentes aspectos dessa cultura que nos é tão próxima, a complexidade de seu texto desanima. Para se conhecer a África de Soyinka, uma leitura simples não é suficiente; é preciso revisitar seu texto algumas vezes”, explica.

Adriano está finalizando a tradução de *Death and the King's Horseman*, uma das principais peças teatrais de Soyinka, baseada em um incidente ocorrido na Nigéria durante o período como colônia britânica. Ele diz que a complexidade da escrita foi a primeira característica que lhe chamou a atenção nos textos do Nobel africano. Em sua visão, isso se deve a diversos fatores: “Em primeiro lugar, há o amplo vocabulário, envolvendo palavras bastante incomuns, antigas e fora de uso hoje em dia e, ocasionalmente, termos específicos a um campo do saber. É preciso levar em conta, também, que uma palavra pode ser inusual no inglês britânico ou americano, mas comum no nigeriano. Em segundo lugar, temos a sua intrínca sintaxe, carregada de inversões, orações subordinadas e intercaladas; trata-se de uma sintaxe que se move muito agilmente. O terceiro aspecto – e isso se refere apenas

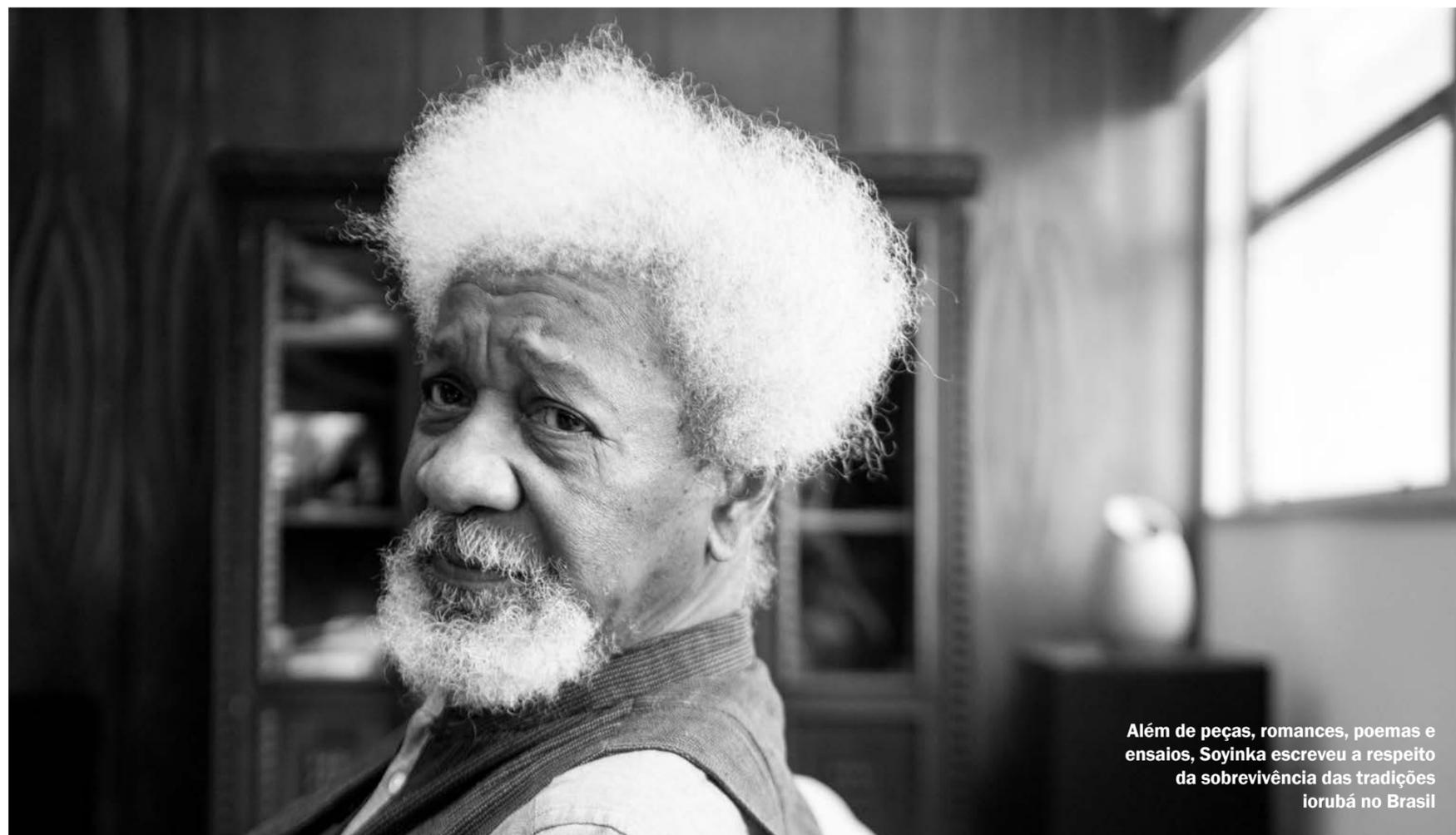
aos textos em verso – é a versificação, cujos *enjambements* [termo francês para um processo poético em que os versos se sucedem entre si sem pausas no final de cada um] às vezes podem confundir o leitor. Por fim, há a simbologia e a carga metafórica dos textos, que envolvem processos complexos e, muitas vezes, símbolos pouco conhecidos, associados à cultura iorubá”, justifica.

**Identidade africana** – Soyinka protagonizou um debate filosófico e ideológico com o poeta senegalês Léopold Sédar Senghor em torno do significado do termo negritude. Adriano observa que o conceito de negritude foi em grande parte elaborado por Senghor, buscando criar o que seria a essência, o “estar-no-mundo” do negro para, a partir daí, desenvolver quais seriam as contribuições que os povos negros teriam a oferecer ao mundo. “Senghor formulou uma alma negra com os mesmos traços que lhe eram atribuídos pela ciência e o senso comum racista, mas deu a eles um caráter positivo: segundo essa teoria, o negro se caracterizaria por uma forte emocionalidade, que teria precedência sobre a racionalidade; pela presença da razão intuitiva substituindo a discursiva; o raciocínio concreto e sensorial sobre o abstrato. Daí adviriam outros traços como a comunhão com a natureza e a facilidade com

o ritmo.” O tradutor esclarece que, na prosa de Senghor, tais ideias adquirem belíssima apresentação, mas não deixam de ter complicações em relação a uma predicação do homem negro.

Logo no início de sua carreira, Soyinka se posicionou contra as ideias de Senghor. “Para além de sua famosa frase ‘Um tigre não sai por aí proclamando sua tigridade; ele apenas ataca’, o escritor rejeitou muito do romantismo com que a negritude via a África, e em diversos de seus primeiros ensaios há uma forte crítica aos estereótipos do negro”, diz o tradutor.

De acordo com Adriano, num ensaio de 1975, Soyinka desenvolveu, por meio de silogismos, sua oposição à negritude, rejeitando a ideia de que o homem negro se caracteriza essencialmente pela capacidade intuitiva, que tomaria precedência sobre a discursiva. “Não sei de nenhum pensador alinhado com a negritude e não creio que os haja hoje em dia, mas, ainda assim, ela é um marco importantíssimo no desenvolvimento de uma ontologia e de uma estética africanas e, por isso, os debates a seu respeito seguem relevantes”, destaca. Além disso, para Adriano, essas discussões são pertinentes porque, em grande parte, esse estereótipo do negro continua vigendo popularmente. Por esse motivo, as controvérsias em torno da negritude continuam válidas.



FLAVIO OUTRA/JU

Além de peças, romances, poemas e ensaios, Soyinka escreveu a respeito da sobrevivência das tradições iorubá no Brasil

# Divergência de int

**Meio Ambiente** *Projeto de mineração próximo ao rio Camaquã divide setores da sociedade e provoca debate sobre a preservação do bioma Pampa*

TEXTO CAMILA SOUZA\*

FOTOS FLAVIO DUTRA

Os empreendimentos em mineração são antigos em Caçapava do Sul. A bacia do rio Camaquã, que atinge 28 municípios, vem sendo alvo dessa prática desde 1865, quando ingleses identificaram uma jazida de cobre, denominada Minas do Camaquã. Em junho de 2016, a empresa Votorantim Metais anunciou o projeto de retomada da mineração de cobre, chumbo e zinco nessa região, desencadeando discussões entre comunidade, grupos ambientais e instituições educacionais que culminaram em audiências públicas – há, inclusive, um inquérito civil instaurado pela Promotoria Regional da Bacia do rio dos Sinos.

A mineração consiste em todo o processo de pesquisa, extração e beneficiamento de recursos minerais, disponibilizando-os à indústria. Para André Borba, professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, todo e qualquer empreendimento dessa magnitude implica significativas

consequências socioambientais: “Há a supressão de vegetação, destruição de habitats, possível poluição hídrica e atmosférica, degradação de aspectos cênicos e modificações drásticas nas relações sociais e modos de vida das pessoas, especialmente em áreas onde haja atividades e povos tradicionais”.

O projeto da Votorantim está na fase de licenciamento prévio, quando o órgão ambiental licenciador analisa um Estudo de Impacto Ambiental e solicita informações complementares. André analisou os documentos da empresa e destaca que há questões preocupantes: “É prevista a projeção de três grandes pilhas de rejeitos, constituídas de partículas muito finas, ricas em chumbo e, possivelmente, outros metais pesados. Podem ser dispersadas pelo vento, contaminando solos, pastagens e nascentes. Isso comprometeria uma atividade secular: a pecuária familiar, sobretudo a ovinocultura, cujos produtos têm sido premiados”.

Nessa área, localiza-se Guaritas, um dos mais importantes conjuntos geomorfológicos do rio Grande do Sul, que corre também o risco de ser degradado caso o empreendimento seja aprovado.

Nos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista, o anúncio da chegada da Votorantim gerou expectativa de contratações para a população local. São estimados 450 empregos diretos durante a fase de operação, prevista para 20 anos. Contudo, devido ao histórico de ciclos de mineração que traziam esperança e, posteriormente, abandonavam as atividades, o receio predomina. É o que sente a moradora Márcia Collares, que vive com sua família a um quilômetro de distância do rio Camaquã. “Em Caçapava, inicialmente, a comunidade estava deslumbrada com o projeto. Mas esse local já foi alvo de mineração, há 30 anos, pela Companhia Brasileira do Cobre. Houve vazamento de rejeitos numa barragem; então, parte de nós, já passou por esse trauma. Em 1989 – eu era criança –, o rio foi contaminado. A gente via os peixes boiando na água, mortos. Desde que isso aconteceu, não se vê mais peixe dourado. Todo mundo que vivenciou isso tem essa memória”, conta.

Para Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da UFRGS, o projeto não condiz com a vocação natural do bioma: “Existe um enorme potencial de turismo histórico, rural e ecológico em pequena escala em Guaritas, com pecuária e apicultura já incorporadas por agricultores familiares”, comenta. A biodiversidade do Pampa contempla mais de 78 espécies de plantas frutíferas e mais de 300 espécies ornamentais. Segundo Paulo, a mineração pode comprometer o desenvolvimento: “Invasões biológicas nas áreas de rejeitos vão se espalhar e comprometer as espécies ameaçadas e os ecossistemas remanescentes das áreas prioritárias”, elucida.

O empreendimento da Votorantim no rio São Francisco ilustra a preocupação do professor: pesquisa do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais aponta a contaminação de seus afluentes por metais pesados. As análises constataram a existência dessas substâncias na água 200 vezes acima do limite permitido na legislação. Isso, conforme explica Brack, é prejudicial à saúde: “Cobre e chumbo são metais pesados quimicamente muito reativos e bioacumulativos, ou seja, o organismo não é capaz de eliminá-los de uma forma eficaz. O chumbo, o mercúrio e o cádmio

são metais que não existem naturalmente em nenhum organismo e a presença destes é prejudicial em qualquer concentração”.

A professora da licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande Marlene Rios Melo, que tem formação em química ambiental, afirma que o chumbo é um risco ao ambiente e ao organismo. “Para minerar o chumbo, quebra-se sua estrutura, que está com as ligações estabilizadas. São fragmentos na forma de pó, que se espalham pelo ar e depois vão para a terra, a água e as plantas. Inicia-se a contaminação. O metal é assimilado na pele e nas vias respiratórias”, elucida. Em sua visão, a acumulação de rejeitos é outro problema, já que a empresa, após minerar, não é responsável por cuidar disso. “Apenas 5% vai ser aproveitado do minério. Os outros 95% são rejeitos. É um ônus ambiental. A estimativa é de que a Votorantim explore 200 mil toneladas de chumbo. Nesse total,

Vista –, duas mil famílias serão afetadas pelo empreendimento. “Aqui, a população vive de plantações, como a de arroz, que depende da água do rio, e do gado livre, que oferece uma qualidade superior dos produtos”, pontua.

O rio, para os moradores, é fonte de sobrevivência. Ele simboliza a união de todos os 28 municípios que compõem a Bacia do Camaquã, que tem sua nascente próxima aos municípios de Dom Pedrito e Bagé e desemboca na Laguna dos Patos, entre São Lourenço do Sul e Camaquã. “Bagé é marcada por secas. Em 1988, ficamos sem água nas torneiras. O rio para nós era a única fonte. Algumas pessoas dependem dele, principalmente na zona rural, onde não tem abastecimento público. É a fonte de água potável para nós e para os animais, que representam uma fauna muito rica, com espécies em extinção, como o charão e a arara-azul”, complementa Márcia. De acordo com ela, o projeto pode degradar o bioma Pampa e suas espécies, porque se localiza justamente no local mais preservado. Segundo dados de 2010 do Ministério do Meio Ambiente, restam 36% de áreas remanescentes originais dos ecossistemas do Pampa que ainda não foram convertidos em outros usos do solo ou fortemente degradados. Zanetti Jardim, também moradora da região de Palmas, teme que seu filho possa ter problemas futuros caso o empreendimento seja aprovado. “As crianças brincam na água e estamos seguros de que não vão ser contaminadas, porque não há toxicidade. Se a mineração avançar, não haverá mais segurança para que elas possam se banhar no rio e tomar essa água. Preciso lutar por eles”, exclama.

Zanetti e seu marido criam ovelhas e cabritos. Exercem a pecuária extensiva, prática que permite o cultivo livre e solto do gado para pastar. Para ela, a mineração pode causar riscos a sua produção: “Vivemos a 20 quilômetros do rio Camaquã e a poluição de suas águas pode prejudicar a venda de nossos produtos, de onde tiramos nosso sustento. Quem vai querer comprar algo que pode conter chumbo e outros minérios nocivos à saúde?”. A Associação de Desenvolvimento do Alto Camaquã, que reúne oito municípios e 24 grupos de moradores, vem incentivando práticas econômicas sustentáveis. Para este ano, há o projeto de inauguração de um frigorífico pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para facilitar a comercialização de produtos como os da família de Zanetti.

**A estimativa é de 200 mil toneladas de minério, das quais 95% serão rejeitos.**

haverá 190 mil toneladas de rejeito. Em função da capacidade limitada de qualquer reservatório, isso pode romper em algum momento e chegar ao solo”, alerta.

**Fonte de sobrevivência** – “Esse projeto significa a destruição total, porque vai acontecer a realocação de pessoas e animais, a destruição de habitats, a contaminação, a poluição e danos irreparáveis para a saúde. Poderia passar o dia falando dos riscos”, argumenta Márcia. Contundente, ela diz que não existe mineração sustentável e que não deve haver qualquer negociação com a empresa. Com alguns vizinhos, criou no facebook a página rio Camaquã – União pela Preservação. “Já fizemos audiências públicas em Bagé e em Pinheiro Machado, com representação do Ministério Público Federal. As universidades também estão ajudando o movimento e convidando para debates”, relata. Ela ressalta que, somente na região do Alto Camaquã – que engloba Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa



# ereses



No corredor da Lixiguana, entre Bagé e Caçapava do Sul, a comunidade teme que efeitos nocivos da mineração possam afetar a produção pecuária local

FLAVIO OUTRA/11

**A mineradora** – Para o líder do Projeto Caçapava do Sul da empresa Votorantim Paul Cézarne, é possível sim que a mineração seja sustentável e, neste caso, será uma referência nacional, visto que será o primeiro do país a não construir barragens e reutilizar 100% da água no processo de beneficiamento. “Na prática, isso quer dizer que não haverá qualquer tipo de descarte de efluente no Rio Camaquã, seja ele industrial ou doméstico. Toda obra tem impacto socioambiental. No caso do projeto Caçapava do Sul, ele foi desenhado para que fosse o menor possível. Por exemplo, ao dispor os rejeitos em pilha a seco, teremos um custo maior, mas entendemos ser essa a solução mais adequada do ponto de vista ambiental. Ao invés de fazermos uma barragem, optamos pelo processo de recirculação da água”, acrescenta. Para ele, a geração de empregos é outro aspecto importante para o desenvolvimento da comunidade, contribuindo para o fortalecimento da economia local. “Prevemos a contratação de mão de obra e de

fornecedores locais. A cada emprego direto, estima-se a criação de oito a dez indiretos”, complementa.

A Votorantim está ciente da divergência de interesses entre o projeto e grande parte dos habitantes da região. Segundo Paul, isso se deve ao desconhecimento dessa população. “Entendemos que muitas das manifestações são fruto da ignorância das técnicas inovadoras e soluções de engenharia propostas pela nossa equipe. Neste momento, a empresa está evoluindo com os estudos ambientais e detalhamento dos controles e planos de mitigação”, afirma. A empresa está aberta para incorporar medidas de controle nas próximas fases do licenciamento ambiental.

Milton Carriconde, professor do Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Engenharia da UFRGS, já trabalhou na região das minas do Camaquã. Para ele, o projeto da Votorantim é aparentemente seguro e, se executado da maneira correta, pode trazer benefícios à sociedade. “A ideia é de se fazer algo

realmente moderno no mundo, que é descarregar o rejeito a seco, pois os riscos da mineração são os rejeitos, que podem ir fora com contaminantes. Isso evita que acidentes como o de Mariana aconteçam. O que se precisa é melhorar as tecnologias, porque a mineração pode ser muito benéfica”, pontua. Destaca, também, que a exploração de minas é uma operação comercial e de longo prazo – vai operar no mínimo por 20 anos – e, por isso, o maior risco que pode haver são as falhas de comunicação na empresa. “A pessoa que vai fechar a mina é diferente da que a iniciou. As empresas podem mudar completamente, inclusive o foco ambiental. Um problema que aparece tem a chance de demorar anos para chegar até a chefia e, até lá, o estrago já ocorreu”, acrescenta.

O coordenador do Departamento de Engenharia de Minas da UFRGS Carlos Petter comenta que a mineração é uma disciplina multidisciplinar e os empreendimentos na área não são obtidos sem, antes, passarem por estudos de impacto ambiental,

social e arqueológico. A mineração é o setor responsável por desenvolver a concepção, implantação, operação e reabilitação de locais minerados e o controle de projetos minerados. “Áreas como reciclagem, aplicações de rejeitos de mineração como materiais, uso de infraestruturas de minas em fechamento no turismo ou como estocagem subterrânea, são novos setores que estão sendo conquistados. O desafio para o futuro é, inegavelmente, tornar a mineração sustentável”, complementa. Por outro lado, pondera: “A questão é se esses estudos são aplicáveis ou se são gerados somente para faturar, sem compromisso com seus resultados”.

Embora o governo do Estado seja favorável ao projeto da Votorantim, a Associação de Desenvolvimento do Alto Camaquã fez um dossiê sobre os impactos ambientais, que já foi entregue a 15 prefeitos dos municípios. Todos se manifestaram contrários. Divaldo Lara, prefeito de Bagé, acredita que a nova mineradora pode trazer grande prejuízo à preservação do Camaquã. “Como

prefeito de Bagé, natural desta terra, sou contra o empreendimento, pois defendo os interesses da história do município, do meio ambiente e do desenvolvimento humano e econômico. Os documentos apresentados pela empresa contêm lacunas na descrição da estrutura e do funcionamento, com contradições evidentes. São problemas conceituais, falhas metodológicas de comprovação no diagnóstico do meio físico, biótico e socioeconômico. Os benefícios devem contemplar o conjunto dos municípios atingidos, não é aceitável que sejam apropriados apenas por Caçapava do Sul, enquanto os impactos negativos são amplamente distribuídos por toda a bacia do Rio Camaquã”, alega. Ele ressalta que espécies raras da região podem ser extintas com a mineração: “Quais seriam os impactos causados pelas perdas desses bens inatingíveis, como a qualidade ambiental e a cultura da região?”, questiona.

\*Estudante do 6.º semestre de Jornalismo da UFRGS



# Fomento necessário

**Esporte** Projeto Referências faz levantamento dos esportes de competição no Brasil

Samantha Klein

Recentemente, o Brasil viveu o momento dos megaeventos, sendo sede da Copa do Mundo, das Olimpíadas e das Paraolimpíadas. Em decorrência disso, o país experimentou um grande incentivo à formação de atletas e à instalação de estruturas esportivas. Com a função de mostrar como é o esporte no Brasil e como deve ser gerenciado, o Projeto Referências teve início em 2012 e terminou no fim do ano passado. A proposta, coordenada pelos professores Alan de Carvalho Dias Ferreira e Alberto Reinaldo Reppold Filho, do Centro de Estudos Olímpicos da UFRGS, resultou em um imenso levantamento de dados cujo horizonte é mostrar os aspectos fortes e fracos nas modalidades de alto rendimento. O ponto de corte é 2008 a 2016.

Atletas, estruturas esportivas, materiais utilizados, apoio à inovação e gestão do esporte estão entre os itens da pesquisa. Os resultados mostram investimentos vultosos durante a preparação para os megaeventos e apresentam um mapeamento do número de atletas no Brasil. No banco de dados do Projeto Referências constam 194 mil esportistas, sendo que 64 mil participaram de eventos esportivos nos últimos dois ciclos olímpicos ou paraolímpicos. Destes, quase 35 mil recebem recursos diretos do governo federal, como Bolsa Atleta e Bolsa Pódio.

Assim como a Copa do Mundo produziu estádios chamados “elefantes brancos”, como as arenas Pantanal (Cuiabá), Amazonas (Manaus) e Mané Garrincha (Brasília), com o fim do ciclo olímpico, o temor é de que outras estruturas esportivas menos imponentes, porém não menos importantes para o esporte brasileiro, sejam abandonadas. Da mesma forma, é incerta a manutenção de um gerenciamento e uma atualização dos dados obtidos pelo esforço de pesquisa.

**Corte de gastos** – O orçamento da União para o Ministério do Esporte em 2018 teve corte profundo de 87%. Na rubrica Esporte de alto rendimento, dos R\$ 40 milhões projetados em 2017, a previsão orçamentária ficou em R\$ 4,8 milhões. Um dos principais benefícios para a manutenção de atletas com dedicação exclusiva e que não tenham patrocinador, o Bolsa Atleta deverá ter redução de 50% neste ano. No último edital, de meados de 2017, 6.152 atletas brasileiros foram contemplados. No Rio Grande do Sul, 161 esportistas recebem bolsa. Já o próximo edital, a ser publicado em julho, é uma piscina olímpica de incertezas.

Um dos contemplados com a bolsa é o nadador Fernando Scheffer. Treinando pelo Grêmio Náutico União, ele pretende competir em 2020 nas Olimpíadas de Tokyo. Na seletiva para o Rio de Janeiro, ele não foi classificado por 80 centésimos de segundo.

“O sonho olímpico me move para acordar diariamente”, sublinha. Aos 19 anos, treina de segunda a sábado. Em quatro dias da semana, o treinamento começa às 7h30 e segue à tarde. Em momentos próximos às competições, ele também pratica aos domingos. Natural de Canoas, o esportista vive na república de atletas mantida pelo clube. “Facilita muito por estar morando perto e também pelo custo que não tenho para morar em Porto Alegre”, observa.

Pode não parecer, mas natação é um esporte caro. Fernando ressalta que a Bolsa Atleta, no valor de R\$ 925,00 mensais, ajuda nos gastos diários. “Hoje não deixaria o esporte no caso de perder o auxílio, porque já consigo ajuda financeira do clube. Mas, quando estava nas categorias iniciantes, não teria conseguido me manter na natação. Há muitas viagens, os materiais para treinamento têm alto custo e a reposição tem que ser feita com frequência por causa do uso e do desgaste com o cloro. Dinheiro não é o mais importante para ser atleta, mas, sim, faz diferença para a permanência na prática”.

**Investimentos** – Conforme os dados do Projeto Referências, de 2008 a 2016, foram investidos R\$ 4,1 bilhões em infraestrutura esportiva. A concentração dos recursos se deu em 2013 e 2014, quando foram empregados R\$ 3,7 bilhões. A maior parte foi destinada à construção e preparação

dos centros olímpicos para os Jogos de 2016, incluindo o Centro Olímpico da Barra e de Deodoro, além da construção do Centro Paralímpico Brasileiro em São Paulo e do Centro Olímpico do Ceará. Esses valores não incluem a construção das grandes arenas para a Copa do Mundo de 2014.

No ano seguinte ao Mundial, de R\$ 1,3 bilhão investido em infraestrutura esportiva, o valor caiu para R\$ 138 milhões. Professor da Escola de Educação Física da UFRGS e coordenador do projeto, Alberto ressalta que é normal a redução do volume de recursos após um megaevento. No entanto, o temor é pelo abandono do setor. “Passado o ciclo olímpico, é de se esperar que os gastos públicos e privados sejam reduzidos. É uma pena que não se utilize o exemplo da Inglaterra, em que a ideia é de manutenção de nível semelhante de investimentos no esporte. Com isso, eles mantiveram os mesmos níveis do esporte nacional. Sem estrutura não é possível fomentar o fortalecimento do esporte em um país.”

De acordo com Reppold, o Brasil perdeu a oportunidade de buscar equiparação dos resultados do esporte nacional ao de países que estão no topo dos rankings de medalhas. “Não aproveitamos a chance única ao recebermos os megaeventos. Foi construída infraestrutura e desenvolvidos sistemas de gestão, mas sem sustentabilidade porque não se pensou nos recursos para a manutenção. Quanto vai cair

o nosso rendimento no esporte, não se sabe. O receio é que ocorra conosco o que aconteceu com a Grécia, que teve apenas um momento de ascensão e voltou a estaca zero.”

Exemplos de falta de planejamento orçamentário para manutenção são a nova pista da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) e a reforma do Centro Estadual de Treinamento Esportivo. A pista esportiva da UFRGS chegou a ser alvo de polêmica, porque a comunidade em geral não está autorizada a utilizá-la. “É uma pista classe 2 internacional, semelhante à de competições internacionais. O prazo de validade do material especial é de cinco anos. Se não houver cuidado, poderá rapidamente se deteriorar”, completa.

O diretor da Esefid, Ricardo Petersen, garante que a pista está sendo utilizada para pesquisa científica, formação de novos profissionais, treinamento e formação de equipes, além de projetos com a comunidade. “Não podemos simplesmente liberar para que todos corram nela, senão um investimento de R\$ 9 milhões para formação de atletas será deteriorado. A comunidade pode utilizar todo o restante da Escola.” Conforme Petersen, a manutenção da pista tem sido feita com equipamentos para assoprar folhas, pedras e areia a fim de evitar o acúmulo de resíduos que possam vir a estragar o piso especial do equipamento de treino.



Atleta treina em piscina do Grêmio Náutico União



# Demarcando territórios



Estudantes indígenas participam do EREI-Sul no Salão Nobre da Faculdade de Direito

## Povos Indígenas *Estudantes de diferentes etnias refletem sobre sua inserção nos espaços de luta*

Felipe Ewald

Aguardo no corredor da Faculdade de Direito até que Dinamã Tuxá saia do Salão Nobre. Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e doutorando em Direito na Universidade de Brasília, ele veio à UFRGS para participar do II Encontro Regional de Estudantes Indígenas (EREI-Sul) no fim de novembro. Antes de mais nada, pergunta se podemos conversar na rua para que possa fumar seu cachimbo – e logo se certifica de que não será filmado, pois, explica, não fica bem, tendo que cuspir para limpar a garganta do fumo.

Já no pátio do câmpus Centro, Dinamã afirma que os indígenas sempre ansiaram por políticas de acesso e permanência na universidade. Questiono-o como a APIB se insere na discussão. Antes de responder, julga relevante fazer uma consideração inicial sobre a relação dos estudantes indígenas com as reitorias: “Não nos enxergam como pessoas legítimas para dialogar, talvez por não nos tomarem como potencial líder no futuro”. Em geral, acrescenta, procuram a Fundação Nacional do Índio ou as lideranças mais antigas. “Isso nos faz buscar nossas organizações regionais”, conclui. Essa movimentação de estudantes provocou a reação da APIB, a qual percebeu a relevância

desse segmento, que vem crescendo e pode contribuir no processo de luta da instituição.

Embora não haja dados precisos sobre o número de estudantes indígenas na educação superior, pode-se ter um indício do crescimento por meio da cota de bolsas permanência pagas pelo Ministério da Educação àqueles matriculados na graduação: 4.167, em 2015, ante 2.502 no ano anterior, segundo relatórios de gestão da entidade. No caso da UFRGS – que vem criando dez vagas a cada ano desde 2008 –, até 2016, foram matriculados 85 alunos, sendo que seis já se diplomaram, de acordo com a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas.

“Muitos se formam e, por não terem acompanhamento da luta, se tornam mais um no mercado de trabalho; e não mais um indígena em prol da nossa luta”, alerta Dinamã. E completa: “Observando o perfil dos estudantes, entendemos que havia um distanciamento da organização em relação a esses indivíduos que estavam buscando formação e ajudando seus povos de maneira bastante pontual, sem alcance amplo. Enxergamos que era necessário colocar esses jovens próximo da APIB, já que têm potencial para contribuir com a luta dentro e fora da academia”.

**Ocupação** – Douglas Jacinto Rosa, da etnia Kaingang, mestrando em Antropologia Social na UFRGS, diz que a universidade deve ser pensada como território a ser tensionado e demarcado. Sobre a afirmação recorrente nos debates acerca da necessidade de ocupação de cargos e instâncias decisórias, ele opina: “Têm que ser ocupados todos os espaços que afetam a vida e o território indígenas”. E acrescenta que a presença indígena pode reoxigenar essas instâncias: “Você é um corpo, um pensamento, então, sua presença muda as relações de poder”.

A disposição por desempenhar essas posições, no entanto, não vem sem possíveis atritos com quem historicamente as ocupou e, muitas vezes, mantém a visão do índio como sujeito tutelado, ressalta Dinamã. “Com o desenrolar do processo de formação, poderemos ocupar todas as esferas. Não dá mais, por exemplo, para ter um branco falando pelos indígenas sendo que há um indígena apto a fazer essa fala. Ele pode estar ao lado como apoiador, mas não mais como porta-voz. Nossa busca por qualificação é para ocupar esses espaços, principalmente na construção de políticas públicas. Nada mais justo do que um indígena falar por si próprio”.

Dinamã salienta que os povos originários buscam conhecimentos

técnico-científicos para aplicar de forma correta dentro de suas terras, “porque a maioria dos não indígenas adquire o conhecimento e o aplica com a ótica do colonizador herdada do conservadorismo da academia”. Ângela Charrua, agente indígena de saúde de Porto Alegre, faz coro com o representante da APIB ao expressar a necessidade de o estudante agregar à sua cultura o que aprende na universidade, “para não levar uma visão distorcida para a aldeia”. “Sou funcionária da Secretaria Municipal de Saúde, mas, antes de tudo, sou agente indígena. Então, levo o meu conhecimento antes de mais nada”.

**De dentro** – Após conduzir seus alunos ao evento, Joziléia Daniza Kaingang, coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), topa conversar comigo sobre a experiência de ocupar esse lugar institucional: “Acho interessante poder lutar por algo que é necessário: uma educação diferenciada. O que é ruim é que, quando você é instituição, tem muitas coisas que não pode fazer. Isso é complexo, porque às vezes tenho vontade e acho melhor me abster. Mas estar dentro é muito diferente, porque a gente vai aprendendo os caminhos que podem

levar aos objetivos”, constata. Para os alunos, por sua vez, é positivo ter uma indígena como coordenadora. “Tem coisas que eles não fariam para um não indígena; a gente estabelece uma relação de confiança, porque é parente”, justifica.

Formada em geografia na Unochapecó, Joziléia fez mestrado em Antropologia Social porque escutava de diversas lideranças ser importante que houvesse antropólogos indígenas. Atualmente, cursa o doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. “Estar na universidade também é um ato político”, acentua.

Joziléia diz que a partir do momento em que a presença indígena se torna mais palpável, a estrutura da universidade se molda. “Vamos quebrando paradigmas e trazendo a realidade dos povos indígenas para essa estrutura”. Na mesma direção posiciona-se Dinamã: “Temos um grande problema com o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. A academia nos proporciona ter conhecimento e lidar com essas indiferenças que o Estado promove. Automaticamente, quando acessamos a universidade, nossa presença quebra muitos tabus: preconceito, democracia, pluralidade étnica, demarcação – de certa forma nos demarcamos no mundo acadêmico, aqui temos espaços”.



# Tecnologia em sala de aula

Em instituições de ensino públicas no Brasil, os recursos multimídia costumam ficar em segundo plano no que tange à infraestrutura disponível para alunos e professores. De fato, mesmo quando possuem esses recursos, não conseguem explorá-los em todo o seu potencial para o desenvolvimento do trabalho psicopedagógico. Por outro lado, é bem difícil dissociar as tecnologias digitais dos processos de ensino e aprendizagem, hoje em dia. Foi pensando nisso que uma equipe multidisciplinar de professores da Faculdade de Educação da UFRGS criou o curso de especialização em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação na modalidade a distância (EAD). As reflexões em torno do tema e do curso resultaram no livro *Psicopedagogia e TICs*, organizado pelas professoras Tania Beatriz Iwaszko Marques e Luciane Corte Real, publicado pela Editora da UFRGS na série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias.

Luciane, coordenadora do curso, comenta sobre como o projeto se consolidou: “o livro compila reflexões oriundas da segunda edição de nosso curso, ministrado em cinco pólos. Sapiranga, Porto Alegre, Três Passos, Santa Maria e São Francisco de Paula. Tivemos mais de mil inscritos para 160 vagas, que foram distribuídas por sorteio, e contemplaram professores, diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas, tanto em nível estadual como municipal e federal”.

O mote da segunda edição do curso foi “A tecnologia e a psicopedagogia a serviço de jovens e adultos com dificuldades de aprendizagem”. O currículo é composto por leituras e questões

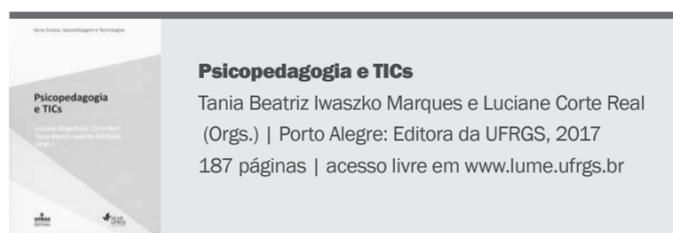


ROCHELE ZANONALI/SECOM

de teóricos de ambos os campos de conhecimento e os alunos precisam entregar um TCC, em formato de intervenção, em suas respectivas instituições, dependendo da área de atuação do formando. A coordenadora enfatiza como a prática dos formandos do curso já repercute em seus espaços de ensino: “os educadores que passam pelo curso conseguem levar um olhar diferente sobre a tecnologia aplicada ao ensino em suas instituições, porque há escolas que até mesmo proibem os alunos de fazerem uso dos recursos, sendo que crianças e

adolescentes adoram tecnologia. Existe, muitas vezes nas mesmas instituições, uma ideia de que ‘são só joguinhos’ e de que o aluno está ali apenas passando o tempo, ainda que com o próprio jogo o aluno possa aprender muita coisa. Há grande resistência ainda, embora várias escolas tenham abraçado a ideia de incorporar os dispositivos de forma mais efetiva ao projeto de aprendizagem”.

A professora também fala com orgulho de alguns casos em que boas soluções foram propostas a partir das reflexões do curso: “um menino tinha uma série de



## Psicopedagogia e TICs

Tania Beatriz Iwaszko Marques e Luciane Corte Real (Orgs.) | Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017  
187 páginas | acesso livre em [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br)

problemas motores por complicações neonatais e estava tendo o seu processo de alfabetização atrasado por não se adaptar ao lápis e à borracha. Uma de nossas alunas sugeriu a aquisição de uma mesa digital para a família, e em um primeiro momento a escola

não queria deixá-lo usar a mesa. Por fim, a escola cedeu e hoje em dia a criança está alfabetizada com a ajuda da mesa”.

Flávio Bonfiglio,  
estudante do 8.º Semestre de  
Jornalismo da UFRGS



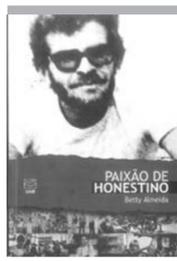
## Música, filosofia e formação cultural

Raimundo Rajobac e Luiz Carlos Bombassaro (Orgs.)  
Caxias do Sul, RS, Educs, 2017  
196 páginas | R\$45,00

## Filosofia do ouvir

O que é isso, a música? Qual o significado de pensar a manifestação musical como problema de formação? Partindo dessas questões, o livro *Música, filosofia e formação cultural* não propõe respostas, e sim apresenta um conjunto de reflexões, ensaios de pensadores brasileiros e alemães, que compõem um mosaico interdisciplinar de perspectivas sobre o lugar da música na formação humana. A obra registra e amplia a circulação das discussões que ganharam espaço durante o II Simpósio de Estética e Filosofia da Música. O evento foi realizado na UFRGS, por iniciativa dos professores Raimundo Rajobac (Música) e Luiz Carlos Bombassaro (Filosofia), em 2016. Em diálogo com a tradição filosófica, as discussões reunidas atualizam temas fundamentais, iluminando caminhos para repensá-los. Em *Subsídios para pensar a formação cultural (Bildung)*, por exemplo, Ernildo Stein contextualiza a *Bildung* historicamente e sugere a necessidade de uma nova interpretação do conceito, livre

de preconceitos. Considerações acerca da filosofia do ouvir, de Hans-Georg Flickinger, questiona a desvalorização do ouvir em favor do olhar na legitimação científica e aponta para o potencial dos ouvidos na construção do conhecimento. Um exemplo potente da valorização desse sentido é dado por Marília Stein em *A cosmossônica Guarani-Mbyá: sobre etnografia musical e perspectivas sonoras ameríndias*, que se debruça sobre a relação desse povo com os sons. Também integram o livro os ensaios *Música como problema de formação cultural (Bildung)*, de Raimundo Rajobac; *Ética e Formação Estética*, de Nadja Hermann; *As reflexões do Gato Murr de E.T.A Hoffmann como um Anti-Bildungsroman*, de Mário Videira; *Richard Wagner em 'Considerações de um apolítico'* de Thomas Mann, de Lia Tomás; *As versões de 'Gente Humilde'*, de Fernando Mattos; e *Sound, groove, performance: categorias de realização estético-musical para caracterizar a música popular*, de Dirk Stederth. (Ana Laura Freitas)



## Paixão de Honestino

Betty Almeida  
Brasília: UnB, 2017  
414 páginas | R\$ 55

## O militante dos olhos azuis

Escrito com base em relatos históricos e afetivos, Betty Almeida em *Paixão de Honestino* traz a biografia de Honestino Guimarães, líder estudantil brasileiro nos anos 60/70. Betty era secundarista quando encontrou o então aluno do curso de Geologia da Universidade de Brasília (UnB). O livro é dividido em 27 capítulos curtos, organizado em temas e momentos da história de Honestino. A narrativa construída pela autora mostra que a vida do estudante foi movida por uma luta constante pelos ideais que defendia e contra as injustiças políticas e sociais da época. Ainda no curso secundário, Honestino participou de grupos de política estudantil, como a organização clandestina Ação Popular (AP). Antes mesmo de completar 18 anos, foi aprovado no vestibular em primeiro lugar geral na UnB para o curso de Geologia. Lá ele se tornou um dos principais ativistas no movimento estudantil. Em março de 1967, participou da passeata dos estudantes contra a ditadura e a guerra

no Vietnã e a favor de mais vagas nas universidades e liberdades democráticas. Faltando três meses para sua formatura, Honestino foi expulso da universidade devido à sua liderança no movimento para o afastamento de um falso professor que trabalhava como informante da ditadura. Todo esse seu envolvimento e liderança junto aos estudantes contra o regime militar o levou a ser preso diversas vezes e, nos últimos anos de sua vida, a ser perseguido pela polícia. Nessa incansável luta, Honestino coordenou clandestinamente a vice-presidência da União Nacional de Estudantes (UNE), em 1969, e a sua presidência, em 1971. Essa história, no entanto, foi interrompida em dez de outubro de 1973, quando Honestino desapareceu. Seu sumiço, bem como o de outros líderes políticos de movimentos que lutaram contra a ditadura militar, e a história dessa luta foram os aspectos que motivaram Betty Almeida a contar a vida e as paixões de Honestino. (Vanessa Petuco)



# Pluralidade de significações

**Arte Circuito Universitário da Bienal de Curitiba possibilita que alunos da UFRGS exponham suas obras em mostra internacional**

Os espaços oferecidos a novos artistas são limitados em Porto Alegre conforme relatam alunos do Instituto de Artes (IA) da UFRGS. O Circuito Universitário da Bienal de Curitiba (Cubic) é, nesse sentido, uma oportunidade única no contexto de restrição e de falta de verbas públicas que caracteriza a arte no Brasil. Em 2017, o Cubic apresentou uma novidade abrindo edital para que alunos de universidades nacionais e estrangeiras pudessem inscrever seus projetos. Da região sul, foram selecionados estudantes da UFRGS e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). O circuito visa à formação dos estudantes, com o objetivo de que experimentem um contexto internacional e profissional. Os selecionados participam de grupos de trabalho e workshops com os artistas da Bienal.

A mostra, que iniciou no dia 30 de setembro de 2017 e segue até 25 de fevereiro de 2018, não retrata um tema específico. Contudo, o edital salientou a importância de produções que abordassem as ocupações nas escolas estaduais no ano de 2016. Para a curadora Isadora Mattioli, foi difícil selecionar os trabalhos: “Nos preocupamos mais com o conceito do que com a linguagem, relacionando quais obras, em conjunto, têm mais potência”. Isadora ressalta que os critérios de seleção atenderam a certas especificidades:

relevância, efeito multiplicador, contemporaneidade, referência e representatividade. Ela observa que o viés político é uma característica inerente à maioria dos projetos. “Tem lugar para tudo na arte, mas as questões políticas são recorrentes. Os trabalhos não são necessariamente partidários, mas tocam em questões de interesse público. Selecionamos, por exemplo, várias obras que discutem a precarização das universidades”, explica.

**Estrutura** – A equipe que compõe a mostra é formada por três curadoras e duas estagiárias. O Cubic é o circuito da Bienal com menor orçamento. Ao todo, foram cinco exposições: duas em galerias da Universidade Federal do Paraná e três em museus públicos de Curitiba.

Isadora considera importante a valorização, no país, de eventos como a Bienal: “As obras são, geralmente, atemporais, e é uma oportunidade para o público entender o papel da curadoria, que é fundamental nesse processo. É uma superestrutura. São 53 artistas na Bienal de Curitiba deste ano. Quatro alunos da UFRGS foram escolhidos e esse foi o circuito universitário de maior adesão”, comenta.

Em 2015, houve mais projetos inscritos; entretanto, menos selecionados. Desta vez, aceitaram-se mais artistas, ainda que houvesse menos inscrições. Com a ampliação de três para cinco espaços, foi

possível classificar mais trabalhos. A maior parte dos recursos da Bienal advém de patrocínio, e há recursos públicos captados a partir de editais de incentivo à arte vinculados à Fundação Cultural de Curitiba. Para a curadora, dar espaço a jovens artistas e poder acompanhá-los foi muito positivo. “O Cubic foi a experiência mais desafiadora da qual participei. Foi uma chance de trabalhar com artistas iniciantes que não estão vinculados a galerias. A organização durou uns oito meses, passamos por várias fases, e o trabalho de curadoria não se encerra na obra de arte. Pintamos parede e transportamos as obras. Precisamos de mais incentivos governamentais para a arte”, pondera.

**Tensão** – Para Manoela Cavallinho, aluna do 6.º semestre de Artes Visuais da UFRGS, tensão é a palavra que define suas obras na Bienal de Curitiba. Sua fotografia chamada *Bomba*, que é uma alegoria ao coração, foi selecionada juntamente com outro projeto, *Barra*, no qual ela pintou 30 azulejos com técnicas portuguesas. Durante o processo de inscrição, era possível fazer novas inscrições. Foi o que aconteceu com Manuela. Em uma viagem para o norte do Rio Grande do Sul, ela teve a ideia de construir uma cama com uma estrutura de 250 quilos de terra vermelha – solo característico da região. Embaixo dessa cama, ela

fez outra mais confortável, caso o público desejasse experimentar. “É um trabalho simbólico, passei dias na montagem. Todo o tempo em Curitiba passei construindo estruturas para sustentar a terra, exigiu muito da minha capacidade física”, relata. Manoela busca abordar a memória e a ruína das democracias na América Latina em seus projetos artísticos: “O meu trabalho sobre a cama ilustra isso, pois uma das mensagens é a de que abandonamos nossas origens para nos adaptarmos ao mercado. A tensão define minha obra: por mais que estejamos confortáveis, como numa cama, tudo pode ruir”, revela.

**Corpo** – A mulher, o lesbianismo e o feminismo. Anna Thereza Hannel, também aluna do 6.º semestre de Artes Visuais, vê a arte como oportunidade de retratar essas questões. Ela expôs, na Bienal de Curitiba, um conjunto de 250 peças em cerâmica, que retratam uma montanha. “Essa obra tem a ver com a paisagem, mas principalmente com o corpo, com desenhos que faço de mulheres, como o da minha namorada”, esclarece. Anna vê a Bienal como uma chance para que novos artistas possam mostrar seu talento, já que o circuito é restrito. “Falta, aos alunos da Universidade, mais espaço. São sempre os mesmos rostos que aparecem nas poucas exposições que ocorrem”, pontua. O lesbianismo é algo que deseja

trabalhar no futuro; porém, o panorama de conservadorismo provoca receio: “Tenho vontade de trabalhar com a sexualidade, mas tenho medo de não ter legitimidade. A arte sempre vai ter resistência, e é importante que a esquerda se articule para isso”, acrescenta.

**Interação** – Arte e política, para alguns, são noções indissociáveis. Camila Porto, que está concluindo seu trabalho de conclusão de curso na UFRGS, acredita que sua obra representa exatamente essa ligação. Ela trabalha com instalação, o que implica ter uma sala para colocar sua ideia em prática. Dois de seus projetos foram escolhidos para o Cubic. O primeiro, *Signos*, é uma ação em que mulheres do mundo inteiro enviaram um vídeo rasgando, de algum jornal, a palavra que define para elas o que é ser mulher. “O objetivo é entender como o signo se comporta a partir do contexto social de cada pessoa. É um trabalho colaborativo. Misturei esses rasgos e transformei em um áudio”, elucida. Na instalação, convida o público a realizar a mesma ação das mulheres. O outro projeto de Camila se chama *Língua Mãe*. É um banco de dados sonoros, com mais de 900 palavras que gravou com a própria voz.

Camila Souza,  
estudante do 6.º Semestre de  
Jornalismo da UFRGS

ANNA THEREZA HANNEL/REPRODUÇÃO



MANOELA CAVALLINHO/REPRODUÇÃO



CAMILA PORTO/REPRODUÇÃO



Expostas na Bienal de Curitiba, as obras (da esquerda para a direita) *Paisagens*, de Anna Thereza Hannel, *Cama com dossel*, de Manoela Cavallinho, e *Signos*, de Camila Porto

# Há 70 anos na Medicina

**Turma de 1947** *Por mais que seus caminhos tenham tomado rumos diferentes, eles permaneceram unidos e depositários de uma memória que remete à história do estado*

Em 18 dezembro de 1947, em pleno calor do verão porto-alegrense, após um discurso de duas horas e meia do orador, formavam-se 77 estudantes da Faculdade de Medicina da UFRGS. Os destinos tomados por esses médicos, como é de se esperar, foram os mais diversos. Muitos chegaram a posições de destaque, seja na carreira profissional, seja no ambiente acadêmico, ou até mesmo no universo político. Outros não exerceram a profissão. O que é digno de nota, no entanto, para além do marco ainda raro de um jubileu de 70 anos, é o fato de a turma ainda ser próxima o bastante para se organizar e descerrar uma placa no hall de entrada da faculdade.

“Nos tornamos uma verdadeira família. Temos coisas memoráveis, mas o mais interessante é essa fraternidade e união que se criou entre nós”, atesta Arnaldo Costa Filho, ortopedista-traumatologista egresso daquela turma. Dona Circe, esposa do anatomopatologista Carlos Oswaldo Degrazia, concorda: “Essa turma é diferente, porque continuaram muito amigos, como se fossem irmãos, se reunindo sempre com alegria e amizade. As famílias também ficaram amigas. Coisa bem rara”.

Professora aposentada, ela e o marido – que foi docente na Fa-

culdade de Medicina da UFRGS, além de ter participado na fundação do curso em Santa Maria e Rio Grande – se conheceram quando este ainda era estudante. A tia dela, que morava acima da pensão Paraíso dos Solteirões,

**“A entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1943, alterou nosso curso completamente”**

**Arnaldo Costa Filho**

onde ele vivia, fez uma reunião e convidou os rapazes do andar de baixo. Naquela noite, dançaram juntos. Meses após a formatura, casaram-se e foram morar em Itaquí, terra natal de Degrazia.

Segundo ele, ambos são exemplares raros para os anos 1940, já que, naquela época, eram poucos os que vinham para Porto Alegre para estudar. “Normalmente, os jovens iam trabalhar, casar e viver na sua cidade. Fugindo à

regra, meu pai mandou as filhas e os filhos estudarem na capital e foi criticado: ‘O doutor Oswaldo mandou as filhas para Porto Alegre. Devia deixá-las aqui para casarem com itaquenses’. Elas se formaram e foram trabalhar como professoras”, orgulha-se.

Em sua turma de Medicina, no entanto, havia apenas quatro mulheres. Costa Filho sublinha que uma delas, Mercedes Yurgel, foi a primeira colocada no vestibular. Ela se especializou em radioterapia. “Foi uma das que morreu mais moça, provavelmente em função da área em que atuava”, sugere.

**Tempos de estudante** – Entre os 77 formandos da turma, Costa Filho cita quatro ou cinco que já tinham mais de 50 anos de idade quando ingressaram no curso. Um deles, inclusive, era engenheiro. Ele se graduou novamente e foi exercer a Medicina na zona de Veranópolis.

Degrazia, assim como Costa Filho, ingressou na faculdade logo após concluir o secundário. Ele tinha, contudo, predileção por outra área. “Era apaixonado pela Física, mas não existia o curso. Então não havia alternativa. Resolvi escolher outra profissão que tivesse algo de técnica, aí optei pela Medicina”, revela o

patologista.

Durante a formação superior, foi sua paixão pela poesia que o fez admirar o professor Ney Cabral (1895-1963). “Tinha uma memória fabulosa. Declamava *Os Lusíadas*, de Camões, inteirinho de memória. Ele tinha um cacete: estava falando e, de repente, dava um sopro produzindo um ruído, ‘Sshh’. Nós, os alunos, dizíamos que ele estava trocando de página do livro, porque a memória dele era igualzinha ao livro que escreveu: *Física Médica* – uma obra raríssima”, recorda.

Na memória de Costa Filho sobre os tempos de faculdade sobressai o incentivo de sua turma para a prática esportiva. “Quando estávamos no terceiro ano, Getúlio Vargas editou um decreto obrigando todo estabelecimento de ensino superior a ter sua associação desportiva para incentivar a prática de esportes. Eu era treinador da equipe de futebol: fomos tricampeões!”, vibra.

Essa inclinação para os esportes chegou à vida profissional. Foi um dos primeiros no estado a ser contratado como médico de uma equipe de futebol, o Grêmio Esportivo Renner. Tornou-se referência em cirurgia de menisco, lesão importante entre jogadores. Paralelamente, integrou a primeira turma de traumatologistas do

pronto-socorro de Porto Alegre – onde trabalhou por 30 anos. Costa Filho atuou, ainda, como professor de anatomia aplicada aos esportes. Começou na Escola Superior de Educação Física do estado, que era anexa à Secretaria de Educação e foi federalizada e anexada à UFRGS.

**Pioneiros** – Quando se graduaram nos anos 1940, os recém-médicos ainda não dispunham de antibióticos e corticoides, por exemplo, para tratar seus pacientes. Muitos dos avanços da Medicina do século XX ainda estavam em desenvolvimento: alguns integrantes da turma de 1947 foram responsáveis por sua introdução ou disseminação no estado, como o exame Papanicolau e o serviço de eletroencefalografia, trazido pelo casal de neurologistas Clara Pires da Rocha e Carlos Gayer Costa, ambos formados na turma que comemora o jubileu.

O teste de gravidez Galli Mainini, desenvolvido por dois médicos argentinos, foi introduzido no estado pelo colega da turma Arhon Hutz. Como a viagem de formatura foi para Buenos Aires, ele aproveitou para aprender a técnica passando todas as manhãs do mês em que lá estiveram no hospital onde os inventores trabalhavam. A técnica consistia em injetar a urina da mulher no sapo; se ela estivesse grávida, ele fazia uma espermatorreia.

Muitos dos avanços que essa turma viu surgirem nesses 70 anos, são, de alguma forma, reflexos da Segunda Guerra, que muito marcou a memória de Costa Filho: “A entrada do Brasil no conflito, em 1943, alterou nosso curso completamente – estávamos no segundo para o terceiro ano”. O exército criou um núcleo de preparação de oficiais a título emergencial. Com isso, as aulas passaram a começar às 10h. “Nós tínhamos instrução das 7h até as 9h45, além de sábado e domingo durante todo o dia”, explica o médico, que foi um dos selecionados para a formação. “Foi terrível. Durou um ano. Aí fomos logo incorporados ao exército”, recorda.

“Todo mundo foi convocado. Meu batalhão foi designado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). A dez dias do embarque, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da guerra, baixou uma portaria dizendo que estudantes de Medicina estavam proibidos de embarcar, porque havia carência de médicos, e sabiam que metade não iria voltar. Então fui desligado. Quando voltei, passei a estudar com um colega que não fez a formação e consegui passar. Só fiquei para segunda época em Moléstias Parasitárias”, detalha Costa Filho.



Os jubilados Arnaldo Costa Filho, José Dagoberto de Moura, Álvaro da Cunha, Anildo José Sarturi e Carlos Oswaldo Degrazia (sentados) foram recebidos na Faculdade de Medicina pelos professores Lúcia Kliemann, Elvino Barros, Jair Ferreira, Edison Capp e Jorge Buchabqui

## Meu Lugar na UFRGS

### Ela não aceita obstáculos

Na sala 105 do prédio centenário da Escola de Engenharia com arquitetura que remete à Renascença, situado no campus central da Universidade, está localizado o Incluir (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade), setor vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. A partir de 2006, a UFRGS passou a desenvolver ações para identificar na sua estrutura barreiras ao acesso das pessoas com deficiência à educação – decorrentes de cegueira, baixa visão, mobilidade reduzida e surdez. Mais tarde, essa iniciativa virou um projeto e, em 2014, foi transformado num setor institucional, o Incluir, que atende alunos e servidores com deficiência ou que necessitam de algum suporte especial em suas atividades desenvolvidas na Universidade.

Quem me ajudou a conhecer o Incluir foi Marinez Lorenz, que chama a atenção pelo jeito sincero e alegre de ser, com vestido longo, pulseiras e a cor vermelha se destacando no seu visual, desde o cabelo até as unhas. Ela é assistente em administração há três anos no setor. Receptiva e simpática, Marinez me guia pelo prédio até acharmos uma sala para conversarmos. O chão de madeira recebe seus passos apressados até chegarmos à sala destinada. A caminhada é interrompida quando passamos pelas escadas, especialmente o trecho que liga o segundo e o terceiro andares. O corrimão é de madeira e ferro, os degraus são amplos e feitos de mármore branco. Toda essa estrutura se destaca aos olhos de Marinez que pede que eu tire uma foto sua na escadaria, ao final da nossa conversa.

Como assistente em administração ela faz tarefas que a área exige: contas a pagar, controle de planilhas, atendimento telefônico e outras atividades que possam surgir. Atualmente, a equipe do Incluir é composta por onze bolsistas, dois estagiários, uma revisora braile, duas assistentes em administração, uma assistente social, uma psicóloga e oito

tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com a técnica, a Universidade é ainda incipiente no que diz respeito à inclusão, pois, se não fosse o Incluir, ela mesma não poderia exercer suas atividades de forma autônoma, já que conta com softwares de assistência à leitura e aumento de tela, destinados a pessoas com deficiência visual. Marinez tem baixa visão – sua capacidade visual corresponde a 5% – e esses equipamentos, que também são emprestados para os alunos usarem em sala de aula e para os servidores que não dispõem dessa tecnologia em suas unidades, são ferramentas indispensáveis para que ela exerça suas tarefas diárias. Sempre estudando em escola regular, Marinez não tinha o perfil para frequentar as escolas especiais, pois para ingressar nestas os alunos deveriam ser totalmente cegos, o que não é o seu caso. No ensino médio, fez o curso de magistério e mais uma vez precisou contar com a boa vontade das pessoas. Nesse caso, as colegas de curso que ajudavam fazendo a leitura dos textos, transcrevendo o que era passado no quadro, basicamente o que os bolsistas do Incluir fazem hoje para os alunos e servidores que buscam pelos recursos.

Resgatando sua trajetória antes de chegar ao Incluir, lugar que considera sua referência na Universidade, ela diz ter enfrentado muitos “nãos”, mas comenta com orgulho ter assumido o protagonismo em seus desafios: “Eu mesma fiz minha acessibilidade”, sorri.

**Natássia Ferreira,**  
estudante do 6.º semestre de  
Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# Sempre com muita energia



GIULIANA HEBERLE/JU

Assim que o sol nasce, ela vai à natação e à academia. Depois, perambula pela cidade até o fim da tarde, trabalhando como agente de distribuição dos Correios. Passa em casa para tomar banho, janta no Restaurante Universitário e vai para a aula. Chega em casa à noite, estuda um pouco e ainda assiste a um seriado antes de dormir. Repete esse roteiro quase todos os dias.

Cheia de energia, ela vai! Entre uma tarefa e outra, participa do trabalho voluntário no Banho Solidário, projeto desenvolvido por um grupo de pessoas que proporciona banho de chuveiro com água quente a moradores de rua. E, se der um jeito, ainda vai correr na Redenção. Para conseguir fazer tudo isso quase que diariamente, Cristiane Marques diz que é preciso ter foco, determinação e ser organizada. Para além disso, ela tem uma energia positiva que transborda no seu pouco mais de um metro e meio de altura.

Essa vibração contagiante da Cris bate de porta em porta todas as tardes ao fazer as entregas de correspondências dos Correios. Antes disso, pela manhã, ela organiza o material que chega à agência, separa as cartas e registra aquelas necessárias. A organização e persistência de Cristiane foi o que pesou ao prestar vestibular em 2008 para o curso de Administração na UFRGS. “Eu gosto muito de saber o que eu estou fazendo, seguir metas, pensar: ‘Eu tenho hoje para fazer isso, para organizar aquilo, mandar e-mail para tal pessoa, responder àquela outra’”, descreve. No entanto, havia algo faltando em seu currículo de Administração. Foi somente em

2016, quando conseguiu realizar transferência interna para o curso de Administração Pública e Social, que Cristiane se encontrou. “Hoje eu sinto que vou praticar o que estou aprendendo”, conta com empolgação.

Demorou pouco menos de um ano para Cris colocar em prática os aprendizados do novo curso. Um dia, após a natação, conheceu Letícia Andrade, idealizadora do projeto Banho Solidário. “Ela me disse: ‘Tenho um projeto que é para ajudar os moradores de rua, estou fazendo um crowdfunding e tudo mais’”, conta Cris. Pouco tempo depois, as duas se reencontraram, e ela passou a ser voluntária no projeto.

Inaugurado em junho de 2016, a estrutura do Banho Solidário compreende um reboque adaptado com dois chuveiros, sendo a água cedida por instituições parceiras. Junto ao banho, são oferecidos comida, kit higiene, roupas limpas, bem como serviço de corte de cabelo e de barba. “O banho é só um contexto para a inclusão. Na situação de rua não tem ascensão social”, ressalta. Cristiane conta que certo dia uma das pessoas atendidas disse que incluía a equipe do projeto em suas orações, pois era um espaço em que não se sentia inferior. “Uma coisa é a gente pensar que ninguém é melhor que ninguém, outra coisa é eles entenderem e sentirem isso”, explica.

A energia que transborda de Cristiane e faz com que ela consiga conciliar todas as atividades que realiza diariamente vem da crença de que pode ajudar o outro. “Já passei por várias dificuldades, tive uma infância bem difícil, mas sempre recebi ajuda

de alguém; então, hoje eu penso em reparar o que recebi”.

Aos quatro meses de idade, Cris passou a ser criada pela avó, que na época estava com 48 anos, era analfabeta e trabalhava como empregada doméstica. “Desde criança ela me dizia que negro tem que estudar”, recorda. Esse foi um conselho que sempre seguiu, mesmo após começar a trabalhar como empregada doméstica aos 12 anos de idade. Na época, o Brasil passava por um momento de hiperinflação, durante o governo de Itamar Franco. “O dinheiro que recebia já não dava. Então eu comecei a trabalhar”, justifica. Foi assim que a casa na qual Cristiane começou a trabalhar acabou se tornando seu lar. “Meu pai de criação me perguntou: ‘Tu quer ficar aqui?’. Eu disse: ‘Quero!’. Então ele viu os papéis com a minha avó, que era quem tinha minha tutela”, narra Cris.

Atualmente, Cris é sócia-fundadora da ONG Centro Social de Rua, da mesma equipe do Banho Solidário. Esse novo projeto pretende implementar ações que ofereçam outros serviços, como lavagem de roupas, tratamentos dentários e cursos profissionalizantes. Com esse trabalho, Cris quer aplicar cada vez mais o que aprende no curso de Administração Pública e Social, além de continuar compartilhando seu sorriso largo e sua vibração boa enquanto vai à natação, à academia, ao trabalho, à aula e por onde for.

**Vanessa Petuco,**  
estudante do 6.º semestre  
de Jornalismo da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# Disputa no Camaquã

TEXTO **VERA COLLARES** IMAGENS **FLÁVIO DUTRA**

Em Palmas, temos uma relação de afeto muito forte com o lugar onde vivemos. Talvez por isso a comunidade esteja tão mobilizada. Não podemos aceitar a instalação de uma mineradora na região. Sabemos das consequências que isso traria a curto e longo prazo para o rio Camaquã, para a saúde humana, para a nossa atividade econômica, para a fauna e a flora riquíssimas que nos cercam. O projeto do Alto Camaquã para o desenvolvimento da região foca justamente na atividade econômica com sustentabilidade, algo totalmente incompatível com a atividade minerária.

De todo material que pretendem extrair do solo, aproximadamente 95% são rejeitos e 5% minérios. Então, como alguém pode achar aceitável que em troca de uma mineração de 20 anos, os moradores da região tenham que ficar com os rejeitos para toda eternidade? Sofrendo o impacto das chuvas, dos ventos e contaminando o ambiente? Causando doenças nos animais e plantas... mal formação nas crianças... Seria uma chaga viva, sangrando sobre nós e sobre o futuro desse lugar... Uma chaga incurável... Então, temos que impedir que o mal se instale... Não podemos permitir que o que nos foi legado por nossos ancestrais de maneira tão preservada, quase como na época da criação, seja destruído agora... Nós somos os guardiões desse lugar... Lutaremos o quanto for necessário para que a mineração não venha a se instalar aqui.

O rio Camaquã é um símbolo para nós, ele une os 28 municípios da bacia nessa luta. Nós crescemos acampando, tomando banho e pescando no rio Camaquã. Meu pai sempre dizia que conhecia o Camaquã por cima e por baixo, tantas e tantas vezes ele nadou e mergulhou no rio... Ele era um apaixonado por esse rio... E esse amor ele transmitiu para nós...

**VERA COLLARES** É ATIVISTA DO MOVIMENTO CONTRA A INSTALAÇÃO DE UM PROJETO DE MINERAÇÃO DE CHUMBO, COBRE E ZINCO QUE A EMPRESA VOTORANTIM PRETENDE DESENVOLVER NA REGIÃO DE GUARITAS E PALMAS, NOS LIMITES ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BAGÉ E CAÇAPAVA DO SUL.

